



434
L

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0005160-95.2012.8.17.0000 (0340659-1)

AGRAVANTE(S): MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

AGRAVADO(S): PLASTIPAK PACKAGING DO BRASIL LTDA

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

RELATOR SUBSTITUTO: DES. JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

EMENTA. TRIBUTÁRIO. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA EM APELAÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. ITBI. VALOR DA ARREMATACÃO JUDICIAL. BASE DE CÁLCULO. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

- Pelo sistema de persuasão racional adotado pelo CPC, nos artigos 130 e 131, cabe ao magistrado, por ser o destinatário da prova, selecionar aquelas necessárias à formação de seu convencimento e que se mostram imprescindíveis ao deslinde da controvérsia, indeferindo as inúteis ou meramente protelatórias. Na hipótese, reconhecendo o julgador ser o bastante a prova pericial judicial acostada aos autos - para a prolação da decisão de mérito, cabe-lhe, por não se tratar de mera faculdade, julgar antecipadamente a causa, em homenagem ao princípio da economia processual (art. 125, II, CPC).

- Trata-se de imóvel vendido em hasta pública a qual robusta jurisprudência do STJ tem por consolidado e pacificado que nesse caso a incidência do imposto ITBI tem como fato gerador o valor pago quando da arrematação do bem imóvel, e não o laudo pericial judicial ou mesmo da Municipalidade.

- O valor alcançado na venda judicial representa, face às circunstâncias próprias dos preços pagos nas hastas públicas judiciais, o interesse do mercado no imóvel arrematado.

-Recurso de agravo improvido. Decisão unânime.

4

u35
20

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo nº 0340659-1, em que figuram como Agravante e Agravado **MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO** e **PLASTIPAK PACKAGING DO BRASIL LTDA**, respectivamente, **ACORDAM** os Desembargadores da Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, em sessão realizada em 21 / 09 / 20, à unanimidade, conhecer e negar provimento ao Recurso de Agravo Legal, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 20 de

09

de 2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator Substituto

436
20



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**AGRAVO NA APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO Nº 0005160-95.2012.8.17.0000
(0340659-1)**

AGRAVANTE(S): MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

AGRAVADO(S): PLASTIPAK PACKAGING DO BRASIL LTDA

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

RELATOR SUBSTITUTO: DES. JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo, interposto com amparo no § 1º do art. 557, do CPC, em face da Decisão Terminativa Monocrática proferida na Apelação/Reexame Necessário que negou seguimento ao recurso, mantendo a sentença vergastada.

Alega o agravante: **a)** o cerceamento de defesa, com base no inciso LV, do art.5º, da CF/88, pois requereu a produção de prova pericial, com o fim de avaliar o valor de mercado do bem imóvel em questão, aduzindo ainda que mostrava-se imprescindível ao deslinde da causa; **b)** que a MM. julgadora, ao julgar antecipadamente a lide, cometeu equívoco, uma vez que o caso não se enquadrava nas hipóteses permissivas dos incisos do art.330, do Código de Processo Civil, pois existiam questões de fato que deveriam ser objeto de instrução probatória; **c)** informou ainda que o Município apelante avaliou o bem, concluindo que o valor venal seria o do Laudo de Avaliação ITBI – Processo Nº20120047793; **d)** que o Código Tributário Municipal no art.56 da Lei nº 1.993/2001, atende ao Código Tributário Nacional no seu art.38, em obediência aos Princípios da Legalidade e da Tipicidade; **e)** que qualquer incompatibilidade entre a legislação local e a federal deverá ser resolvida pelo Supremo Tribunal Federal, segundo o disposto na alínea d, do inciso III, do art.102 da Constituição Federal.

437
70

Requer o Agravante que esta relatoria se retrate da decisão vergastada. Em não havendo o juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada.

É o relatório.

Em, 26 de 09

de 2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator Substituto

438
70



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0005160-95.2012.8.17.0000 (0340659-1)

AGRAVANTE(S): MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

AGRAVADO(S): PLASTIPAK PACKAGING DO BRASIL LTDA

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

RELATOR SUBSTITUTO: DES. JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

VOTO

Não assiste razão ao recorrente, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada.

Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida às fls. 410/413verso, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remição, para que faça parte integrante da presente decisão.

Diante de todo exposto, voto pelo **não provimento** do presente recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo da Apelação nº 0340659-1.

Recife, 26 de 07 de 2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator Substituto